

# A pedido de João Fernando, Câmara lança Frente Parlamentar em Defesa da Hemobrás



Andrea Leal

A Câmara dos Deputados lança, no dia 15 de agosto, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Hemobrás, às 15h, no Espaço do Servidor, Anexo II. A iniciativa é do deputado federal João Fernando Coutinho (PSB-PE). O socialista defende a conclusão e plena operação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) no município de Goiana, em Pernambuco.

Para construção da fábrica, que ainda aguarda conclusão da obra, foram investidos recursos públicos do Governo Federal na ordem de aproximadamente R\$ 800 milhões. A questão é que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, quer

montar nova fábrica em Maringá, no Paraná.

A Frente proposta pelo deputado trabalhará para evitar que novas obras sejam iniciadas gastando ainda mais recursos públicos sendo que a de Pernambuco já está quase concluída. O colegiado também terá como finalidade a garantia da manutenção e ampliação do portfólio de produtos da empresa, a contribuição para redução externa de medicamentos estratégicos e de alto valor agregado para gerar autonomia nacional e a ampliação do acesso de medicamentos hemoderivados e recombinantes da Hemobrás, por meio do fornecimento regular ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O incentivo à finalização e desenvolvimento da empresa em solo pernambucano, objetivo da Frente, contribuirá para o desenvolvimento da Região Nordeste. O colegiado pretende assegurar o aporte de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA) para conclusão da fábrica em Pernambuco.

A Hemobrás foi idealizada em 2004 para dar autonomia ao País na produção de derivados de sangue. A empresa é estatal, vinculada ao Ministério da Saúde, e trabalha na produção de medicamentos para pessoas com hemofilia, portadores de imunodeficiência genética, cirrose, câncer, aids e queimados. A Companhia atende prioritariamente SUS.

## Cultura da Paz

Keiko Ota lança iniciativa que visa difundir o perdão e a tolerância entre as pessoas

2

## Homenagem

A pedido de Odorico Monteiro, Câmara lembra centenário de Oswaldo Cruz

3

## Defesa do Consumidor

Comissão discute situação de telefonia e internet móvel no interior do País

4

Cultura da Paz

## Keiko Ota lança o “Agosto Violeta – Semeando perdão, colhendo a paz”



Segundo a deputada socialista, o objetivo do movimento é propor o perdão como instrumento

*Mariana Fernandes*

A deputada federal Keiko Ota (PSB-SP), por meio da ONG Instituto Ives Ota e em parceria com a Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) lançou, no início do mês, no auditório do Hospital Santa Catarina (SP), o “Agosto Violeta – Semeando perdão, colhendo a paz”, que visa expandir o alcance da Lei nº 13.437/2017, que institui o Dia Nacional do Perdão em 30 de agosto.

“O objetivo do Agosto Violeta é propor o perdão como instrumento de tolerância entre as pessoas. Essa paz produz bem-estar na vida pessoal, familiar e profissional. Isso é demonstrado pela medicina integrativa e por diversos relatos de pessoas que melhoraram a qualidade de vida por meio

dessa prática”, explica Ercy Paschoal, porta-voz da ABQV.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília já aderiram à iniciativa e, durante todo o mês de agosto, iluminarão o chafariz do Parque Ibirapuera, a ponte Octávio Frias de Oliveira, o Cristo Redentor e o Congresso Nacional na cor violeta.

“A cor violeta simboliza a transformação no plano físico e espiritual e, no caso do Agosto Violeta, sugere a transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz”, lembra Ota.

No dia 30 de agosto, ocorrerá Sessão Solene, no Plenário da Câmara dos Deputados, sobre o Dia do Perdão com a presença de Maurício de Sousa, ilustrador do livro do perdão.

## Curtas



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, nesta terça-feira (8), relatório do deputado **Gonzaga Patriota (PSB-PE)**

ao Projeto de Lei nº 7.369/02, para realizar alterações no Código de Trânsito Brasileiro. As mudanças são a exigência dos órgãos de trânsito de critérios técnicos definidos pelo Contran e esclarecimentos quando houver mudança de velocidade da via; determinação de prazo para o efeito suspensivo do recurso da infração; e exigência de motivação para o julgamento administrativo de infrações. De acordo com o relator, o PL busca aperfeiçoar a sistemática da imposição de multas e a perda de eficácia destas quando o órgão administrativo competente não oferece satisfação em prazo tolerável. “Este projeto pretende corrigir, em prol dos cidadãos, uma série de desvios na legislação.”



Por iniciativa do deputado **Rafael Motta (RN)**, a Câmara dos Deputados assinou, nesta terça-feira (8), novo contrato com a Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais do Distrito Federal que estende o trabalho de pessoas com deficiência intelectual ao setor administrativo e ao Plenário da Casa. “A inclusão social é de suma importância para que pessoas com deficiência tenham uma vida acolhedora, para seguirem com autonomia e independência. Eles passam a ter identidade social”, lembrou. O socialista contou com o apoio da Primeira Secretária e Secretária-Geral da Mesa da Câmara e da coordenação de acessibilidade.

**Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.**



**Como fazer?**

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipad Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

## Homenagem

# Sessão solene marca centenário do sanitarista Oswaldo Cruz

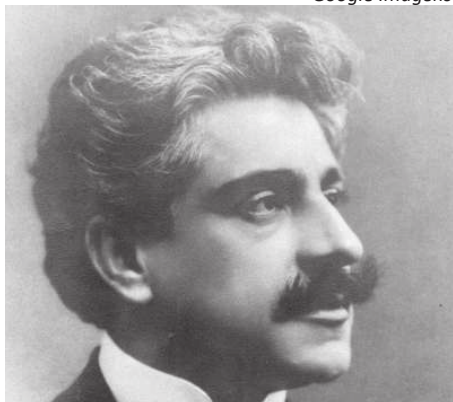
Google Imagens

Tatyana Vendramini

A Câmara dos Deputados realizou, nesta quarta-feira (9), Sessão Solene em homenagem ao centenário de morte de Oswaldo Cruz. Autor do requerimento para a solenidade, o deputado Odorico Monteiro (PSB-CE) lembrou do trabalho realizado pelo cientista e sanitarista brasileiro e classificou sua força e sua coragem como eterna inspiração pela melhoria do Brasil.

Odorico também protocolou projeto de lei que concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A cerimônia contou com a presença do ministro da Saúde, Ricardo Barros.

“Não esmorecer para não desmerecer, dizia ele. E esse deve ser nosso lema, sobretudo nos tempos difíceis que enfrentamos”, destacou Odorico. Para ele, Oswaldo Cruz deixou o legado de que a determinação aliada ao conhecimento pode vencer barreiras e levar o País a grandes resultados na busca por saúde pública de qualidade.



A Fundação Oswaldo Cruz mereceu destaque na fala do socialista ao afirmar que ela está à frente de grande desafio brasileiro, que é a redução da dependência no complexo produtivo da saúde. “Por sempre colocar ciência e tecnologia a serviço da redução das iniquidades sociais e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é que apresento hoje a proposta que dispõe sobre o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública. Mais do que um título, a honraria vai possibilitar a prioridade orçamentária na liberação de emendas parlamentares e preferência na obtenção de linhas de créditos públicos”, explicou.

**Saúde no Brasil** — A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, enfatizou a necessidade de que se tenha um Ministério da Saúde forte no País. E ressaltou o importante papel de Oswaldo Cruz na construção da saúde pública brasileira e do legado deixado por ele materializada na Fundação Oswaldo Cruz. “A Fiocruz é uma instituição estratégica de Estado. Ela é comprometida com a gestão democrática e participativa. Participou ativamente do processo de reforma sanitária, da visão da saúde como direito de cidadania e dever do Estado e do desenvolvimento do SUS.”

**Formação** — Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em 5 de agosto de 1872. Aos 15 anos, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, em 1892, formou-se doutor em Medicina. E especializou-se em Bacteriologia no Instituto Pasteur de Paris. Liderou uma revolução científica no Brasil com a medicina experimental, com a descobertas das origens de doenças e com a criação de vacinas. O médico morreu na manhã de 11 de fevereiro de 1917.

## Lei Maria da Penha

# Legislação completa 11 anos e socialistas lembram sua importância

Mariana Fernandes

Conhecida como Lei Maria da Penha, nome de uma das principais ativistas na luta pelo fim da violência contra a mulher por ter sido vítima do próprio marido, a Lei nº 11.340 completou, na segunda-feira (7), onze anos de vigência. As deputadas socialistas, que integram a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, destacaram as conquistas obtidas com essa legislação e lembraram o quanto falta para que seja efetivamente aplicada.

“O Brasil possui uma das mais completas leis do mundo para

punir a violência doméstica. Infelizmente, ainda há normas que são pouco conhecidas, mas a Lei Maria da Penha tem a sua força e voz”, afirmou Maria Helena (PSB-RR).

De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Central de Atendimento à Mulher registrou, no ano passado, 51% a mais de casos que em 2015. A Central pode ser acionada pelo telefone 180.

“A Lei é um avanço numa sociedade que aceitava como normal a violência contra a mulher. É uma vitória na afirmação da cidadania

das mulheres”, disse Janete Capiberibe (AP).

Neste ano, o Instituto Maria da Penha lançou a campanha “Relógios da violência” para chamar atenção sobre os números da violência contra a mulher. O objetivo é incentivar as denúncias de agressão, que podem ser físicas, psicológicas, sexuais, morais e até patrimoniais.

Keiko Ota (PSB-SP) lembrou todo o sofrimento de Maria da Penha. “A Lei é o desejo de garantir que outras mulheres não sofram violência doméstica. Além de apoiar e oferecer direitos.”

## Comissão debate acesso precário à telefonia e internet móvel no País

Andrea Leal

Os leilões de serviços de telecomunicação direcionados apenas à arrecadação do Estado foram duramente criticados durante audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, nesta terça-feira (8). O presidente do colegiado, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), foi autor do requerimento que solicitou debate sobre os serviços de telefonia móvel e de internet oferecidos no interior dos estados e pequenos municípios.

De acordo com o diretor executivo do Sinditelebrasil, Carlos Duprat, os leilões arrecadatários prejudicam diretamente o consumidor, uma vez que as empresas têm poucas obrigações previstas nos editais de licitação. “O serviço nos pequenos municípios é ruim porque o Poder Executivo, nos últimos 25 anos, não priorizou o desenvolvimento do setor, mas sim a arrecadação. O custo para as empresas é alto e sobra pouco para investir em tecnologia, apenas cumprem com as obrigações”, explicou.

Os leilões até 2007 foram apenas arrecadatários mas, desde então, contam com obrigações, segundo o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Aníbal Diniz. “A Agência adotou medidas para que houvesse redução dos preços para compromisso de abrangência.” Para o secretário da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, Arthur Rollo, as obrigações ainda são muito pequenas e não priorizam a qualidade e abrangência do serviço. “O modelo de concessão deve ser revisto”, disse.

A expansão do acesso à internet 4G está prevista em editais de licitação da Anatel para municípios acima de 30 mil habitantes. As cidades abaixo desse número de habitantes ainda não têm compromisso algum de abrangência da tecnologia 4G. Para essas lo-



Presidente do Colegiado, o deputado Rodrigo Martins foi o autor do requerimento que solicitou o debate

calidades, até mesmo a expansão da tecnologia 3G está prevista em 15% ao ano até dezembro de 2019.

Há 25 anos, quando foi aberto o mercado de telecomunicações, o objetivo principal era ampliar o acesso da população e criar mercado competitivo de diversos prestadores. Mas, o que se vê hoje no Brasil é o precário acesso à telecomunicação, ainda mais com a chegada da internet. Em diversas regiões brasileiras está presente apenas uma operadora. O que, para Rodrigo Martins é lamentável.

O socialista citou o caso de diversos municípios de seu estado, com 10 mil, 12 mil e até 40 mil habitantes que contam com apenas uma operadora na região e têm o serviço tanto de internet quanto de ligação precários. “A internet há muito adquiriu contornos que a colocam como requisito para a plena cidadania. Milhões de brasileiros a utilizam não apenas para lazer,

mas também para trabalho e educação”, acrescentou.

O presidente da Comissão lamentou ainda que durante o debate não foi apresentada nenhuma solução encaminhada. “É uma frustração enquanto parlamentar e consumidor ouvir que temos uma política pública tão equivocada em um setor de extrema importância para o desenvolvimento do País.”

Presente no debate, o deputado Fábio Garcia (PSB-MT) afirmou que a situação é pior do que esperava. “É inaceitável que diversos municípios tenham a previsão de tecnologia 3G só para 2019 sendo que em breve será lançada a 5G. Isso sem contar os municípios sem previsão alguma”, lamentou. O parlamentar sugeriu que a Comissão debata a construção de nova legislação, de um marco legal eficiente que leve o Brasil a adequada conectividade. “Não podemos aceitar que sejam criados leilões apenas para cobrir o déficit fiscal. Quem paga a conta é o consumidor”, finalizou.